

# PERSPECTIVAS E DESAFIOS PARA A PESQUISA EM TERAPIA OCUPACIONAL: UMA ANÁLISE DO SEU I SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA

ROSELI ESQUERDO LOPES<sup>1</sup>

ANA PAULA SERRATA MALFITANO<sup>2</sup>

A realização do I SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM TERAPIA OCUPACIONAL marca a busca da sistematização do estado da arte em pesquisa na área, como também o encaminhamento de discussões coletivas que vinham sendo feitas pelos pesquisadores em diferentes fóruns. O crescimento da realização de pesquisa acadêmica por terapeutas ocupacionais, verificado principalmente por meio da inserção deles em programas de pós-graduação no sentido estrito, tem feito com que se reflita acerca de caminhos para o enfrentamento de dificuldades comuns e da necessidade de conhecer as temáticas, os métodos e os resultados que têm ocupado a agenda de pesquisadores ligados à terapia ocupacional.

Foi esse propósito do evento que aglutinou 127 participantes de todo o país e se debruçou sobre questões referentes aos enfrentamentos coletivos que precisam ser feitos pela Terapia Ocupacional brasileira, na busca da efetivação e da consolidação daquilo que é sua contribuição específica em termos de produção de conhecimento no âmbito da pesquisa.

Nessa perspectiva, gostaríamos, nesta síntese final, de destacar alguns pontos que nos pareceram mais relevantes dentre as temáticas trabalhadas no nosso *I Seminário Nacional de Pesquisa*.

A primeira mesa realizada, *A produção de ciência no Brasil: panorama atual e desafios*, assinalou, entre

outras, a questão da superespecialização, estimulada pela CAPES e pelo CNPq, enquanto forma preferencial para a realização de pesquisas atualmente, e, como decorrência, as dificuldades de inserção de áreas que constituem a interface de conhecimentos e a interdisciplinaridade, como é o caso da terapia ocupacional; ou, dito de outra forma, a dificuldade de legitimação de seu status científico, na medida em que, na acepção aristotélica, ocuparia as esferas mais externas de um modelo concêntrico, que parte da centralidade das ciências puras, onde se colocariam as ciências cujo status enquanto tal seria muito discutido e até mesmo duvidoso, por serem “manipulativas e muito próximas a *techne*, pois derivadas de um conhecimento fortemente empírico” (ALFONSO-GOLDFARB e SOUZA, 2009, neste suplemento).

Partindo do pressuposto de que a Terapia Ocupacional realiza pesquisas aplicadas, tendo como base a prática (tecnologias) empregada junto a indivíduos e grupos, seu campo de pesquisa constitui-se, majoritariamente, na articulação entre setores, entre métodos, entre saberes constituídos e com objetivos múltiplos voltados para a inserção social e para a autonomia de suas populações-alvo. Assim, abre-se o questionamento sobre quais estratégias de convencimento deve-se lançar mão para que se justifique a relevância e, principalmente, a

<sup>1</sup> Professora Associada do Departamento de Terapia Ocupacional e dos Programas de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional e em Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Membro da Comissão Organizadora do I Seminário Nacional de Pesquisa em Terapia Ocupacional: Perspectivas e Consolidação do Campo.

<sup>2</sup> Professora Adjunta do Departamento de Terapia Ocupacional e do Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional da UFSCar. Membro da Comissão Organizadora do I Seminário Nacional de Pesquisa em Terapia Ocupacional: Perspectivas e Consolidação do Campo.

contribuição específica das pesquisas do campo, na interlocução com agências de fomento. Assiste-se à continuidade histórica da valorização e do crescimento das pesquisas básicas, estimulados pelos financiamentos disponibilizados. A Terapia Ocupacional parte, portanto, de uma situação estrutural que segue na contramão da prioridade declarada em pesquisa no cenário nacional.

Quando nos direcionamos aos campos de conhecimento de interface, constituídos na intersecção de diferentes ramos do saber e que se colocam nas “franjas” com relação às centralidades, voltamo-nos para a produção de pesquisas que dialogam com métodos e metodologias que ainda são valorizados apenas no âmbito da ‘intervenção’, das práticas, das técnicas aplicadas, da empiria, com dificuldades para alcançar a legitimidade científica e o reconhecimento do status de produtores de conhecimentos reconhecidos. As metodologias participativas, por exemplo, têm avançado nessa discussão, todavia carregam muitos desafios no que tange à validação científica das respostas às questões que se propõe a investigar, o que implica dificuldades para o aceite de sua utilização no âmbito da pesquisa. Contudo, vale o destaque de que na articulação entre setores, com diferentes métodos, também se produz conhecimento; na valorização e nas análises de práticas sociais se produzem reflexões e é desde esse ponto de partida que a Terapia Ocupacional direciona-se para buscar soluções com relação a questões que a interpelam.

Portanto, partindo do reconhecimento de que se trata de uma natureza de pesquisa não prioritária, que se afasta dos pressupostos vigentes da superespecialidade, a tarefa de sua constituição se complexifica, na medida em que se interpõe com uma lógica que não encontra ressonância com aquilo que é reconhecido como saber acadêmico. Nessa tarefa, evidencia-se a necessidade de que a área se apresente com clareza para as agências de financiamento, delimitando a especificidade de seu

conhecimento, seu *objeto*, situado, entretanto, nas interfaces e que requer uma composição de saberes. Sem dúvida, um desafio.

Nessa direção, avaliamos que o I SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM TERAPIA OCUPACIONAL contribuiu para mapear a diversidade de temáticas e pesquisas que se constituem na Terapia Ocupacional brasileira atualmente. Se estas, por um lado, demonstram a riqueza da multiplicidade em curso, deflagrando as diversas frentes de atuação e, conseqüentemente, de pesquisa na área, por outro lado, apontam a necessidade de que a área responda, para que consiga sua inserção real no universo da pesquisa, qual a sua especificidade, que natureza de problemáticas, e com quais objetivos tecerá seu conhecimento nas investigações que se propõe a realizar. Reafirmamos, trata-se de um desafio que coletivamente terá que ser enfrentado.

Ainda, conforme também discutido no primeiro momento do evento, na perspectiva trazida pela Profa. Ana Maria Alfonso-Goldfarb, falar em pesquisa requer a verificação das condições, ou, mais precisamente, dos parâmetros que a definem como tal. Com o intuito de avançar na discussão sobre o conhecimento e a reflexão acerca dos atuais parâmetros utilizados pelas agências de financiamento à pesquisa científica e à pós-graduação, bem como a inserção da terapia ocupacional nesse âmbito, foram convidados os responsáveis pela área na CAPES, no CNPq e na FAPESP para uma explanação a respeito dos *Crerios e Perspectivas do Desenvolvimento da Pesquisa e da Pós-Graduação no País*, tema da segunda mesa.

O debate explicitou que o cenário nacional da pesquisa, atualmente, constitui uma esfera de disputas, na qual a Terapia Ocupacional se encontra minimamente pautada como um campo de conhecimento específico, o que configura muitas dificuldades para sua inserção e manutenção, bem como para o estabelecimento de espaços de diálogo e negociação acerca de suas demandas.

No âmbito da CAPES, a Terapia Ocupacional compõe a Área 21, junto com a Educação Física, a Fisioterapia e a Fonoaudiologia, sendo que, até 2009, tinha sua presença dada pelo trabalho de pesquisadores docentes terapeutas ocupacionais em programas de pós-graduação credenciados nessa área. Entretanto, como área específica, com um programa de pós-graduação próprio, iniciará sua história em 2010, com a implantação do Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional na UFSCar. Espera-se que o acento decorrente dessa inserção possibilite que se pautem temáticas de interesse inerente da área, alavancando o seu crescimento e a sua institucionalização autônoma na esfera da pesquisa e da produção do conhecimento. Conforme apresentou o Prof. Dirceu Costa, atual coordenador da Área 21, as regras para inserção e manutenção no interior da CAPES são duras, os critérios em vigor não favorecem o percurso até aqui feito pela Terapia Ocupacional brasileira. Todavia, sem essa inserção, não há como interferir na lógica vigente, nos parâmetros mínimos estabelecidos, de maneira a torná-los mais condizentes com as diferentes realidades a que se referem a Educação Física, a Fisioterapia, a Fonoaudiologia e a Terapia Ocupacional.

Para a consolidação no campo da pesquisa, contudo, é preciso que a Terapia Ocupacional se configure como demandante e como produtora de conhecimento e, portanto, tem que realizar pesquisas e pleitear os financiamentos disponibilizados pelas agências de fomento. Nesse quesito, duas questões se colocam para a área, relacionadas mais diretamente aos critérios e à interlocução com o CNPq.

Primeiramente, aponta-se a necessidade de que os grupos de pesquisa, registrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, estejam cadastrados na área de Educação Física, Fonoaudiologia, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, subárea Fisioterapia e Terapia Ocupacional, bem como se discutam os grupos e suas

linhas de pesquisa, enquanto representativos da Terapia Ocupacional como um todo.

Em sequência, reitera-se a necessidade de efetivação de deliberações de fóruns da área, como o Encontro Nacional de Docentes, para que os pesquisadores apresentem propostas às agências, com o intuito de aumentar a demanda de projetos de pesquisa em Terapia Ocupacional financiados no país.

No ano de 2009, segundo os dados apresentados pela representante de Área de Fisioterapia e Terapia Ocupacional do CNPq, Profa. Helenice Jane Cote Gil Coury, os pesquisadores terapeutas ocupacionais encaminharam 18 proposições ao Edital Universal de Pesquisa, dos quais quatro serão financiados. Porém, a área registra 25 grupos de pesquisa no Diretório oficial do órgão, demonstrando que não houve, proporcionalmente, sequer uma submissão por grupo. Tal fato sinaliza que a Terapia Ocupacional brasileira tem a tarefa coletiva de se organizar para realizar, efetivamente, a submissão de um quantitativo significativo de propostas qualificadas de auxílio ao financiamento à pesquisa, conforme são disponibilizados os recursos por meio de editais nacionais. Novamente, como explicitado nos textos aqui reproduzidos e como apresentado claramente durante o I SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM TERAPIA OCUPACIONAL, critérios aplicados exigem determinados patamares que a área tem tido dificuldades em atender, principalmente por compor uma subárea com a Fisioterapia.

Com relação a isso, os pesquisadores terapeutas ocupacionais têm-se posicionado e solicitado mudanças ao CNPq. Assim, a plenária final do XI Encontro Nacional de Docentes de Terapia Ocupacional decidiu por encaminhar um documento em que se ressalta que a pesquisa em Terapia Ocupacional é emergente, e o número de pesquisadores, bem como o de doutores no Brasil, ainda é pequeno. Já a área de Fisioterapia conta com um número de pesquisadores e de programas de

pós-graduação bastante mais expressivo. O fato de as duas áreas serem consideradas indistintamente e de o julgamento de nossos projetos ser feito em uma condição de paridade com a Fisioterapia têm gerado distorções e a impossibilidade de que possamos nos desenvolver de forma a, gradativamente, termos acesso aos fomentos e, dessa maneira, ampliar a produção acadêmica em Terapia Ocupacional<sup>3</sup>.

A análise feita foi que a manutenção dessa situação cria um círculo vicioso: pequeno número de projetos financiados/pequeno número de publicações científicas/dificuldades de credenciamento em programas de pós-graduação, o que termina por sufocar a produção de pesquisa na área, inviabilizando seu crescimento. Esse é um cenário que traz obstáculos e desmotiva pesquisadores à apresentação de novos projetos à própria área, por considerarem que não terão chances de tê-los financiados, o que leva a não aumentar a demanda geral de solicitações de auxílio.

Nesse sentido, solicitou-se a construção de alternativas que permitam a equiparação de oportunidades de acesso da Terapia Ocupacional aos fomentos de pesquisa, evidentemente sem o estabelecimento de privilégios e sem desconsideração de critérios de seleção coletivos. Uma alternativa considerada viável e mais equitativa foi a distribuição proporcional dos recursos entre Fisioterapia e Terapia Ocupacional, conforme o número de projetos enviados, estabelecendo assim acesso aos recursos da agência, segundo mérito acadêmico dos projetos e demanda dos pesquisadores. Esta seria uma das diretrizes de apoio para o desenvolvimento da pesquisa em Terapia Ocupacional<sup>4</sup>.

Além desse aspecto, considerou-se pertinente solicitar ao CNPq a criação de uma representação oficial e efetiva da Terapia Ocupacional junto ao Comitê Multidisciplinar em Saúde<sup>5</sup>.

Em síntese, para o crescimento da pesquisa e produção científica em Terapia Ocupacional é mister, de um lado, uma política de apoio e incentivo que, a médio e longo prazos, possa traduzir-se na mudança da realidade atual e na criação de um novo cenário acadêmico e científico para a área, de outro, que os terapeutas ocupacionais se engajem quantitativa e qualitativamente nessa tarefa.

Em relação ao órgão de financiamento de pesquisas no Estado de São Paulo, a FAPESP, o diálogo estabelecido voltou-se para o questionamento dos pesquisadores da área sobre os critérios da instituição para cadastramento de assessores, bem como os encaminhamentos realizados para especialistas, majoritariamente da área de Educação Física e de Fisioterapia, com poucos pesquisadores terapeutas ocupacionais credenciados como assessores *ad hoc*. O desafio colocado é o de abrir canais de negociação com essa agência, com o intuito de que a área consiga ter reconhecido o seu mérito acadêmico próprio, no estado de São Paulo, e convencê-los de sua capacidade na avaliação de seus pares. Nessa direção, a participação da FAPESP no evento caracterizou-se como um primeiro passo para o diálogo, mas ainda precisa avançar e ter continuidade com os representantes da área. Fica para todos os pesquisadores terapeutas ocupacionais paulistas, assim como para a sua organização coletiva, por meio de suas instituições representativas, como a Rede Nacional de Docentes de Terapia Ocupacional – RENETO, essa tarefa.

A continuidade dos debates deu-se pela questão central na avaliação dos programas de pós-graduação e nas solicitações de financiamentos de pesquisa: a produção intelectual dos pesquisadores, docentes e discentes. Na mesa intitulada *Disseminação do conhecimento em Terapia Ocupacional e periódicos da área de Educação Física, Fonoaudiologia, Fisioterapia e Terapia Ocupacional*, as explanações voltaram-se para diferentes enfoques.

<sup>3, 4, 5</sup> Documento aprovado na Plenária do XI Encontro Nacional de Docentes de Terapia Ocupacional e encaminhado ao CNPq, setembro de 2008.

Inicialmente, o Prof. Dirceu Costa, coordenador da Área 21 da CAPES, demarcou a relevância de que os pesquisadores da área se apropriem da atual linguagem de qualificação dos periódicos, assim como dos critérios em tela, definidos pela CAPES, para escalonamento das revistas científicas e dos meios de divulgação do conhecimento produzido. A Terapia Ocupacional, pela sua pequena tradição de diálogo com tais critérios, em função de sua precária inserção no âmbito da pós-graduação, ainda pouco conhece acerca do conceito e da aplicação dos índices de impacto das revistas, das bases de dados de indexação e, conseqüentemente, da qualificação dos periódicos científicos. Assim, a mesa contribuiu para uma aproximação, para alguns, e um aprofundamento, para outros, da linguagem em uso, sua aplicação e sua influência na trajetória dos pesquisadores.

A contribuição do Prof. Edison de Jesus Manoel, com sua experiência como membro da Comissão de Avaliação de Livros da Área 21 da CAPES, trouxe (como apresentado neste suplemento anteriormente) uma interessante e criativa abordagem sobre o problema da avaliação da pós-graduação e da produção do conhecimento em seu âmbito. A partir do uso de metáforas, contemplou-se a discussão sobre a valorização da publicação em livros e em capítulos de livros, como meio significativo, a ser devidamente valorado, para a divulgação do conhecimento científico e que vem sendo debatido calorosamente por diversas áreas da CAPES, incluindo a Área 21.

Como finalização da discussão sobre a produção em periódicos científicos, a Profa. Fátima Côrrea Oliver tratou, dentre outros apontamentos, especificamente dos veículos de publicação dos terapeutas ocupacionais, tocando em um ponto nevrálgico para a área. A Terapia ocupacional conta com dois periódicos tradicionais, ambos com quase 20 anos, que acumulam grande parte

da produção dos pesquisadores, que realizam estudos e reflexões específicas sobre o campo: a *Revista de Terapia Ocupacional da USP*, qualificada como B3 na Área 21, e os *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, periódico qualificado como B5 na Educação e na Saúde Coletiva. A baixa e/ou inexistente qualificação desses periódicos indica a pequena possibilidade de inserção qualificada dos resultados de pesquisas específicas desenvolvidas sobre Terapia Ocupacional, destinando aos pesquisadores, que lutam por manter o diálogo próprio da área, uma baixa pontuação de sua produção.

Tal fato impacta diretamente a avaliação das solicitações de financiamento de projetos de pesquisa encaminhados e a avaliação dos programas de pós-graduação, pois ambos têm como critério prioritário a produção intelectual. Cria-se, então, um círculo vicioso entre a baixa pontuação de produtividade e o declínio das possibilidades de acesso aos fomentos em pesquisa. Para romper esse ciclo, é urgente uma estratégia de melhora da qualificação dos periódicos referidos, na tentativa de configurar espaços de circulação e de troca de resultados de pesquisas e de experiências desenvolvidas especificamente sobre o campo da terapia ocupacional. Outra estratégia levantada foi a ampliação das bases de dados consideradas pela área para qualificação. É notório que os espaços de diálogo com as pesquisas produzidas pela Terapia Ocupacional encontram poucos veículos qualificados nos estratos mais elevados da Área 21. Tem-se, portanto, o desafio de realização desse debate, junto à Área 21 e à própria CAPES, como acontece com diversas áreas e subáreas, para que se estabeleçam estratégias para uma maior valorização da produção de pesquisadores terapeutas ocupacionais.

O evento trouxe também a experiência canadense de pesquisa em terapia ocupacional, pela ótica de uma colega brasileira que se estabeleceu como pesquisadora

docente naquele país, a Profa. Lilian Magalhães. A partir dos dados apresentados por ela, no que se refere às bases canadenses de inserção e disseminação do conhecimento na área, pôde-se traçar paralelos entre os países e discutir estratégias empregadas para que se avance nos desafios postos de legitimação e ampliação do campo de conhecimento específico. Ficou claro que mesmo em um país com as condições econômicas do Canadá os terapeutas ocupacionais enfrentam inúmeros desafios e estabelecer pontes de conversação entre nós, terapeutas ocupacionais e pesquisadores, é uma perspectiva necessária.

Por fim, as discussões realizadas nos espaços coletivos programados, como os grupos de trabalho e a plenária, puderam esboçar estratégias, com relação aos principais problemas a serem enfrentados na consolidação do campo da pesquisa para a área, especialmente aqueles relacionados à sua ‘implementação’, ao seu financiamento e à sua consolidação no universo do conhecimento científico. O seu registro neste suplemento cria um guia para o trabalho coletivo.

O I SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM TERAPIA OCUPACIONAL possibilitou um primeiro desenho do estado da arte da pesquisa em Terapia Ocupacional. Podemos inferir que, para a consolidação desse campo, muitas etapas deverão ainda ser cumpridas e enfrentadas. Certamente, tem-se hoje um contingente de pesquisadores, em diferentes momentos dessa carreira, que vêm acumulando experiência e condições para a realização das tarefas. Nosso pequeno número é um entrave, mas nossa qualidade tem sido, apesar disso, demonstrada. As perspectivas para a área como um todo dependerão de sua capacidade de avanço no âmbito da pesquisa, precisamos que isso reste claro em nosso horizonte profissional e que permaneçamos, como vimos fazendo, fortemente atuantes.